

**ORAÇÕES RELATIVAS CIRCUNSTANCIAIS:
UMA VARIAÇÃO DISCURSIVA PERFORMÁTICA**

Érica Portas (UERJ)
portasrj@hotmail.com

RESUMO

Tendo por objeto as orações subordinadas relativas¹³⁰, este trabalho parte da hipótese de que tais cláusulas, ao realizarem uma metáfora gramatical¹³¹, isto é, ao serem empregadas no lugar das subordinadas adverbiais em contextos sociodiscursivos que exigem o “apagamento” da argumentatividade inerente à linguagem, constituiriam um ato performático, ou seja, seriam uma ferramenta de dissimulação de poder, através da qual o jornalista manteria o papel social determinado pelo contexto de cultura em que se insere o gênero notícia. Nessa vertente, fundamentada na abordagem Sociointeracionista, esta pesquisa baseará, ao lado da Gramática Sistemico-Funcional, seus estudos em um *corpus* formado por notícias do site G1 que abordam a política e a economia durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. Assim, a partir do levantamento e da análise de ocorrências das orações relativas nesse material, pretende-se, portanto, compreender a relação entre *performance* e metáfora gramatical.

Palavras-chave:

Notícias. Performance. Metáfora gramatical.

ABSTRACT

Having as object the relative subordinate clauses, this work starts from the hypothesis that such clauses, when performing a grammatical metaphor, that is, when they are used in place of adverbial subordinates in sociodiscursive contexts that require the “erasure” of the argumentation inherent to language, they would constitute a performance act, that is to say, they would be a tool of concealment of power, through which the journalist would maintain the social role determined by the cultural context in which the news genre is inserted. In this aspect, based on the Sociointeractionist approach, this research will base, along with the Systemic-Functional Grammar, its studies in a corpus formed by news from the G1 website that discuss politics and economics during the government of President Dilma Rousseff. Thus, from the survey and analysis of occurrences of the relative sentences in this material, it is intended, therefore, to understand the relationship between performance and grammatical metaphor.

Keywords:

News. Performance. Grammatical metaphor.

¹³⁰ Adotou-se a nomenclatura latina por considerar a possibilidade de essas estruturas desempenharem papel diverso do adjetivo.

¹³¹ Variação na forma de expressão de dado significado.

1. Introdução

Com o objetivo de contribuir com a construção de um novo olhar para as orações relativas, fundamentado na compreensão das necessidades sociocomunicativas do falante, esta pesquisa, motivada pelas constantes observações da assimilação de significados circunstanciais pelas estruturas relativas em notícias publicadas pelo site G1 e estimulada pelas características de tal gênero, o qual instancia um contexto de cultura que se constitui, em tese, como impessoal, imparcial e objetivo, compreendeu haver uma intrínseca relação entre o contexto de cultura em questão e construção da metáfora gramatical realizada pelas relativas circunstanciais. Assim, tendo em vista tal compreensão, o trabalho em tela pretende responder a seguinte questão: como a metáfora gramatical se relaciona com a *performance*?

Cabe ressaltar que, segundo Goffman (2008), a *performance* é uma ferramenta da qual, nos contextos sociocomunicativos, um participante lança mão a fim de influenciar outro. Sob esse viés, concentrando-se em Halliday (2001), para quem os enunciados dispõem de uma variedade de formas, utilizadas de acordo com as necessidades sociocomunicativas, depreende-se ser a *performance* um veículo de inter-relação que possibilita ao falante interagir de forma conveniente na sociedade sem que viole os contratos sociais estabelecidos pelos contextos de cultura, porquanto dissimula o poder, inerente às relações humanas.

Nesse sentido, esta pesquisa parte da hipótese de que orações subordinadas relativas que instanciam um tipo de metáfora gramatical, isto é, as cláusulas relativas usadas em lugar das cláusulas subordinadas adverbiais, constituiriam um ato performático, porquanto seria tal recurso linguístico uma ferramenta, da qual a imprensa se apropria para dissimular o poder que detém sobre a sociedade, constituindo a *persona textual* do jornalista como a de mero informante, um reprodutor fiel da realidade, isto é, um profissional de confiança.

Dessa maneira, tendo em vista que as estruturas adverbiais evidenciam o comprometimento do enunciador com o fato enunciado, enquanto as relativas atenuam tal comprometimento, a argumentatividade, inerente à língua, seria encapsulada pela metáfora gramatical analisada, mantendo intacto o contrato social estabelecido entre campo jornalístico e sociedade, ou seja, o poder que aquele mantém sobre esta.

Diante desse contexto, o trabalho em tela partiu da pressuposição de que, como cada texto possui um propósito comunicativo específico e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como os contextos de cultura e de situação em que o texto se insere determinam as nossas opções, cada escolha léxico-gramatical, na qual se realizam os papéis sociais de cada sujeito, corresponde a uma *performance* adotada pelos falantes, instanciando os *scripts* do “teatro da vida”.

Nesse cenário, como a abordagem Sociointeracionista da linguagem dialoga diretamente com tal pressuposição, porquanto compreende as noções de face e *performance*, essa teoria, ao lado da Gramática Sistemática-Funcional, que entende a língua como um potencial de significados, fundamentará esta pesquisa.

2. Cultura e comportamento linguístico

De acordo com Hymes (1972), uma criança com perfeito desenvolvimento cognitivo é capaz de realizar um repertório de atos de fala que lhe proporciona a participação em diferentes eventos de fala e a avaliação da realização desses eventos. A partir dessa perspectiva, devido à experiência linguística e sua dependência com particularidades socioculturais, o indivíduo torna-se capaz de administrar o que é apropriado falar em sua comunidade, o que não é e a interpretar a vida social, desenvolvendo uma postura, ou melhor, *performance* sociolinguística, que corresponde ao que o contexto situacional exige.

Diante dessa perspectiva, compreende-se que aprender a falar implica a assimilação do domínio de um potencial de comportamento por parte do indivíduo, já que o ser humano é socializado em estruturas, as quais são permeadas por crenças e valores, ou melhor, balizadas. Isso leva falantes e estudiosos a reconhecer a língua não apenas como um sistema abstrato, mas também como um recurso social por meio do qual todos são capazes de selecionar formas de linguagem apropriadas, ou melhor, condizentes às diferentes situações comunicativas da qual qualquer indivíduo participe como membro social.

A linguagem, nesse viés, é um dos sistemas semióticos constitutivos de uma cultura; interpretar a linguagem dessa maneira significa, portanto, apreendê-la como elemento indexador do contexto sociocultural, o que, para Halliday (2001), implica não resumir o conceito de linguagem apenas a uma relação de significados, mas considerá-lo uma relação de significados que se relacionam a contextos socioculturais de diversos tipos.

A partir dessa abordagem, cabe ressaltar que um contexto verbal é

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

uma construção semiótica, com características culturalmente determinadas, as quais capacitam os participantes a antever particularidades do registro predominante e, portanto, a compreender uns aos outros. O indivíduo, assim, representa sua estrutura social, reiterando os papéis que desempenha, estabelecendo e difundindo valores e ideologias das quais participa. Por conseguinte, a variedade de recursos materializa diversos atributos do sistema social, os quais são determinados pela estruturação social.

Como as atividades diárias do indivíduo são conduzidas dentro de estruturas sociais – pois a vida social é construída por essas estruturas –, todos os pensamentos e ações do homem giram em torno de escolhas pré-estabelecidas. Conhecendo, portanto, o *status* que ocupa, o indivíduo sabe as exigências que seu comportamento reclama, ou seja, o *status* instância um conteúdo cultural: normas e expectativas saturadas de valores e ideologias, conteúdos que são representados, em grande parte, pela língua.

Há, por conseguinte, para cada *status*, uma dilatada representação cultural. Nessa perspectiva, a existência de normas, culturalmente determinadas, dá ao homem, segundo Giddens (2003), a possibilidade da escolha exata dos códigos que serão usados e a indicação de como serão usados.

Dessa maneira, quando nos comportamos em um *status*, conscientizamos-nos de normas e, portanto, moldamos esse comportamento de formas, valores e atitudes que correspondem às expectativas culturais pré-determinadas. Os papéis desempenhados revelam, então, as expectativas do próprio indivíduo e dos outros em relação aos papéis sociais existentes na sociedade.

Logo, conhecendo o *status* ocupado por um indivíduo, podemos dar significados às suas ações e atitudes a partir das regras e normas que guiam seu comportamento.

3. *Mídia e sociedade*

Designada pela titulação “quarto poder”, a mídia é assim chamada na atualidade – diferentemente de quando a alcunha surgiu no século XIX –, devido ao controle que exerce sobre a sociedade, o qual dissimulado, sob o pretexto do direito ao acesso à informação, estimula a construção da opinião pública, cujo surgimento foi condicionado pelo apare-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

cimento da imprensa de Massa no século XIX.

Segundo Moraes, Ramonet e Serrano (2013), a sociedade comporta-se conforme os parâmetros traçados pela mídia, que manipula as informações de acordo com seus interesses e dissimula seu poder por meio de estratégias linguísticas.

De acordo com os autores, a mídia está à mercê do poder econômico e político, uma vez que a maior parte de sua receita é oriunda de medidas governamentais e, assim, as informações que a imprensa produz são manipuladas de acordo com as afetações que sofre. O que se pode observar é que a Mídia e o Estado de poder ainda mantêm um tácito acordo, que a conservam como extensão de um poder político. Como um quarto poder, a mídia funcionaria como um contrapoder aos demais poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, no entanto, agindo por interesse próprio, tornou-se um poder adicional, cujo papel é manipular a sociedade de acordo com o que é conveniente aos propósitos da imprensa.

Dessa forma, uma cadeia de recursos léxicos e gramaticais permite que o poder seja (re)afirmado de forma dissimulada. Nas produções midiáticas, observamos com clareza esse papel linguístico.

Barros Filho, Paes Lopes e Peres Neto (2011), em seu livro *Teorias da Comunicação em Jornalismo*, questionam o significado do termo ideologia e buscam resposta em Thompson (2000), que, segundo os autores, distingue duas concepções de ideologia: a neutra e a crítica. A primeira concepção concebe a ideologia com certa ingenuidade sem considerá-la um fenômeno ilusório e parcial, já a segunda concebe a ideologia como um fenômeno resultante de atitudes manipuladoras e, portanto, ilusória e parcial.

E, assim, Thompson (2000 *apud* BARROS FILHO; PAES LOPES; PERES NETO, 2011) engaja-se à segunda concepção, considerando a ideologia o sustentáculo das relações de dominação.

Portanto, como instrumento construtor da realidade, a língua reproduz estruturas de dominação e confere, muitas vezes devido à forma sutil com que os recursos são utilizados, a legitimação dessas estruturas. Dessa maneira, estratégias que escamoteiam a argumentatividade da linguagem sustentam dada ideologia.

Na mídia, essas estratégias são realizadas por recursos linguísticos que sugerem uma objetividade informativa, que, como se vê, é inexistente, porquanto a realidade é produto da percepção sociocultural dos indi-

víduos.

Como tal percepção é condicionada por crenças e valores, a realidade que se transforma em notícia é resultado da interpretação da imprensa. Dessa forma, a objetividade jornalística nada mais é do que uma estratégia de dissimulação de poder, a qual sustenta a dominação da mídia sobre a sociedade.

Segundo Tuchman (1999), a objetividade seria uma estratégia do jornalista para manter-se imparcial e, assim, evitar cobranças sociais, todavia essa afirmação é ingênua e incongruente, conforme nos mostra Corrado (2010). Para a autora, a informação, na verdade, não existe, o que há é um processo de enunciação, cuja produção é permeada pela subjetividade linguística:

Assim, a informação não existe, o que existe é sempre um processo de enunciação, essencialmente humano e, por isso mesmo, invariavelmente impregnado pelas subjetividades humanas. Por essa lógica, ao se autorizar a informar, as mídias também se autorizam a divulgar as subjetividades de quem informa, os valores que são subjacentes ao seu dizer. Esses valores, por sua vez, são apreendidos como a própria informação/verdade que o veículo está autorizado a dizer, ganham a legitimidade de quem os enuncia e se tornam, por isso, reproduzíveis e reproduzidos. (CORADO, 2010, p. 7)

Assim, a mídia, como instituição, controla seus espaços de atuação sob a roupagem da credibilidade informativa. Todavia, esse contrato social é rompido quando o jornalista fere a pretensa objetividade, que, de acordo com Lage (2001 b, p. 34 *apud* MELO; ASSIS, 2013, p. 48) é proporcional à subjetividade nas escolhas e na ordenação, isto é, quanto maior a “interferência da subjetividade” mais “objetivo ou preso às aparências” será o texto.

Dessa maneira, o gênero notícia, que, em tese, pretende manter a sociedade a par das informações, garantindo-lhe o privilégio da informação, nada mais é do que uma artimanha social que, por meio dos recursos oferecidos pela língua, sustenta os interesses dos grupos dominantes, dos quais a mídia faz parte.

4. Performance

Goffman (2008 *apud* BASTOS, 2013), para explicar a *performance*, lança mão da metáfora da ação teatral, na qual considera o mundo um palco e os indivíduos atores, que desempenham papéis sociais deter-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

minados pelas situações de interação. O autor considera, nessas interações, ser a identidade assumida pelos sujeitos interactantes delimitada pelos co-presentes, porquanto as relações sociais são mediadas por um contrato que determina o comportamento interacional dos indivíduos.

Sob essa ótica, verifica-se que, quando um participante projeta a definição da situação na interação social, mesmo que o papel do outro interactante se afigure como passivo – embora saibamos que não o é –, tal projeção é desempenhada em função desse. Portanto, Goffman (2008 *apud* BASTOS, 2013) considera que, ao estar uma na presença de outras, uma pessoa atua de modo a transmitir-lhes a impressão que necessita transmitir.

Essa transmissão ocorre por meio de produções verbais e não verbais. Nesses contextos, os sujeitos se valem de recursos que ratificam suas identidades sociais e, como as interações são constituídas por relações de poder, estão constantemente buscando influenciar aquele com quem se relacionam.

Dessa forma, as ferramentas das quais os sujeitos se apropriam, nas práticas sociais para desempenhar seus papéis são instrumentos usados para induzir os demais participantes a dado objetivo. Nesse sentido, Goffman (2008 *apud* BASTOS, 2013), compreende a *performance* como qualquer atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar qualquer um dos outros participantes. Segundo o sociólogo, em lugar de meramente realizar sua tarefa e dar vazão a seus sentimento, o indivíduo, por meio da *performance*, expressará a realização de sua tarefa e transmitirá de modo aceitável seus sentimentos.

Assim, os indivíduos estão em constante encenação para executar papéis pré-estabelecidos. Nesse viés, sua *performance* incorpora valores e crenças reconhecidos pelos contextos de culturas vigentes em dada sociedade. Para Goffman (2008 *apud* BASTOS, 2013), uma vez que se obtêm as ferramentas convenientes de sinais e se adquire a familiaridade na sua manipulação, esse pode ser usado para embelezar e iluminar com estilo social favorável as representações do indivíduo.

Dessa maneira, a *performance* pode ser entendida como um recurso de dissimulação de poder, através do qual o indivíduo cumpre suas atividades sem afetar qualquer contrato social. Nesse contexto, é um recurso de proteção de face adotado pelo falante, pois, em se tratando de seu uso em uma produção verbal, pode conduzir comunicação para além de seu conteúdo referencial sem que o autor se comprometa com o signi-

ficado social, emergente do contexto interacional.

Consoante Bauman (1986 *apud* BASTOS, 2013), a *performance* é uma forma de falar, cuja essência consiste na assunção de responsabilidade para com os interlocutores, que é demonstrada na habilidade comunicativa, iluminando o modo em que a comunicação é conduzida para além de seu conteúdo referencial. Assim, considerando essa condução, cabe ressaltar que a construção da *performance* conta com atividades colaborativas, que correspondem não apenas às características do contexto extralinguístico, mas também aos elementos linguísticos que influenciam a caracterização de uma construção como performática.

Essa construção funciona como uma manobra discursiva por meio da qual o falante manipula a opinião do outro sem que este o perceba e, assim, mantenha, nas relações, o papel de dominador legitimado. Nessa ocorrência, o enunciador deixa de ser responsável pela construção do significado social e o enunciatário passa a ser o responsável por tal.

A *performance*, nesse sentido, deve ser concebida como uma escolha motivada. Essa ferramenta é motivada pelo interesse do indivíduo, pelas regras, normas e valores que regem os contextos de cultura, que constituem uma sociedade. Como as relações desse contexto são relações de força, isto é, de poder, a *performance*, em produções verbais cujo objetivo seja, teoricamente, informar, realiza-se por recursos linguísticos que dissimulam esse poder, escamoteando-o.

5. Metodologia

No *corpus*, foram analisadas as orações denominadas, tradicionalmente, por adjetivas explicativa e restritiva. No entanto, optamos pela denominação relativa, nomenclatura latina, por considerarmos o fato de essas estruturas poderem desempenhar papel diverso do adjetivo.

O critério usado para a identificação dessas construções foi o sintático; todavia, após a identificação primeira, percebeu-se que, nos casos circunstanciais, os significados daí oriundos, que emergem da relação semântica entre a cláusula principal e a subordinada, são motivados por recursos léxicos e gramaticais usados no texto e ativam o princípio cognitivo da substituição, por meio do qual os leitores recuperam, durante a leitura, uma conjunção indicadora de circunstância e substituem, nas situações em que se é feita uma interpretação circunstancial concessiva ou final, o modo verbal indicativo pelo modo subjuntivo:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“Na última segunda-feira (20), a presidente Dilma Rousseff sancionou a emenda aprovada pelo Congresso Nacional no Orçamento de 2015 3, que elevou de R\$289 milhões para R\$867,5 milhões.”/ embora esta eleve de R\$289 milhões para R\$867,5 milhões.

Dessa maneira, analisaram-se as construções léxico-gramaticais de cada notícia a fim de que fosse depreendida, para se conceber o papel semântico circunstancial das relativas, a intencionalidade argumentativa do autor. A concepção de tal sentido se fez fundamental para compreendermos o modo como a metáfora gramatical se constituiu no texto: por inferência, ou seja, mantendo a imagem do jornalista como a de mero informante, reproduzidor fiel da realidade, já que escamoteia a argumentatividade oriunda dos conteúdos circunstanciais sob a roupagem das orações relativas, transferindo esse significado para a voz do leitor.

Assim, na análise do *corpus*, fez-se, primeiramente, o levantamento das relativas e, após esse procedimento, consideraram-se as características do gênero, do contexto de cultura que permeia a imprensa, o assunto abordado nas notícias, o perfil dos leitores do site G1 (designado por imprensa tradicional) e os recursos léxico-gramaticais contidos no texto para, depois, analisar, reconhecendo a argumentatividade como imanente à linguagem, o possível propósito comunicativo do autor e conceber o conteúdo circunstancial das relativas.

Tal concepção foi fundamental para que se compreendesse a metáfora gramatical usada no *corpus* como uma ferramenta de dissimulação de poder, através da qual um conteúdo subjacente à notícia emerge sob a responsabilidade do leitor – fenômeno que caracteriza essa metáfora como instrumento de proteção da face do jornalista.

Vale ressaltar que as estruturas provenientes dos casos em que as orações subordinadas relativas mantiveram relações circunstanciais com a oração principal do período são consideradas não prototípicas e foram denominadas relativas circunstanciais. As que conservaram seus papéis prototípicos foram chamadas de relativas explicativas ou restritivas.

A preservação desses papéis prototípicos manteve-se nos casos em que a oração relativa se referia a um dado novo, sendo, assim, uma relativa restritiva clássica, e nos casos em que o autor não pretendia preservar o papel social que desempenha como jornalista, ou seja, ao se referir, desde que não estivesse manifestando sua opinião, a um dado, por inferência ou não, já conhecido.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É interessante observar que, em diversas situações, a oração deveria, obedecendo à tradição, vir acompanhada de pontuação, já que, por não se referir a um dado novo, seria considerada, conforme Souza (2010), pela tradição relativa explicativa.

6. Análise do corpus

Revista publicou neste mês entrevista do escolhido para a Educação. Janine Ribeiro, 1 que toma posse no dia 6, vê ‘decepção’ na economia.

28/03/2015 08h39 – atualizado em 28/03/2015 09h22

Do G1, em Brasília

Anunciado nesta sexta-feira (27) como novo ministro da Educação, o filósofo e professor Renato Janine Ribeiro afirma em entrevista na edição deste mês da revista “Brasileiros” que a presidente Dilma Rousseff não faz política, tem uma concepção de governo “autoritária” e não dá autonomia aos ministros.

Segundo Janine Ribeiro, professor aposentado de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo (USP), o governo foi “uma decepção do ponto de vista econômico” e por isso é obrigado agora a adotar uma política “tucana”.

“Na verdade, é uma concepção de governo que não precisa prestar contas à sociedade. É isso que a Dilma está mostrando. Uma concepção de governo muito inquietante, porque é, no limite, autoritária. Adota as medidas que precisam ser adotadas, mas não explica. E não explica por que prometeu fazer uma coisa e está fazendo o contrário”.

O filósofo é o personagem de capa da edição da revista 2 que está nas bancas neste mês (antes da posse). No site da publicação, a entrevista, intitulada “A política e a perda do discurso ético”, foi ao ar no último dia 16, pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, 3 que pediu demissão.

Para Janine Ribeiro, a presidente “prometeu fazer uma coisa e está fazendo o contrário”, em razão, segundo afirmou, de uma concepção de governo “no limite, autoritária”, pela qual “não precisa prestar contas à sociedade”.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na entrevista, ele defende que o atual ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, “teria mais o perfil” para ser o candidato do PT a presidente em 2014, mas, segundo disse, Dilma foi escolhida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque era “a mais próxima do empresariado”.

O professor avalia que os ministros com mais autonomia no governo são Joaquim Levy (Fazenda) e Juca Ferreira (Cultura). Os demais, afirmou na entrevista, “continuam tendo as orelhas puxadas cada vez que falam uma coisa de que ela Dilma não gosta”. Para ele, Levy tem autonomia porque “talvez seja o único ministro indemissível” e Juca Ferreira porque “tem força no meio cultural” e um orçamento pequeno, o que dá “grande autonomia”.

O novo ministro, 4 que tomará posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT. Para ele, o partido “desocupou o espaço que tinha” e está deixando um “vazio” na política, 5 que, conforme explicou, deu força ao PMDB. Janine Ribeiro classifica como “meio triste” o período de 12 anos de governo do PT “sem enfrentar jamais o capital”.

Ele também direciona críticas para o PSDB, principal partido de oposição, e para a mídia, “que é simpática a eles os tucanos e detesta o PT” – o futuro ministro defende que a esquerda crie seus próprios órgãos de mídia em vez de “uma proliferação de blogs, que alguns chamam de sujos”.

Sobre o PSDB, afirma que a sigla teria vocação para se tornar um partido do empreendedorismo, mas “está mais para ser um partido do grande capital”. Segundo diz Janine Ribeiro na entrevista, o PSDB passou a ter “um projeto mais policial do que político”.

“Apesar de todas as críticas ao PT, acho o PSDB pior do que o PT, mas eu não gostaria de continuar votando no mal menor”, declarou.

Ocorrências:

No texto 2, contabilizou-se a ocorrência de 5 orações relativas: 1 – “que toma posse no dia 6”, 2 – “que está nas bancas neste mês (antes da posse)”, 3 – “que pediu demissão”, 4 – “que tomará posse no próximo dia 6” e 5 – “que, conforme explicou, deu força ao PMDB”.

As orações 1, 3, 4 exprimem noção circunstancial importante para o alcance das reais pretensões semânticas do jornalista, devido ao conte-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

údo causal da estrutura 3 e concessivo que as estruturas 1 e 4 estabelecem em relação à oração principal que integram:

i) Janine Ribeiro, 1 que toma posse no dia 6, vê ‘decepção’ na economia.

ii) pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, 3 que pediu demissão .

iii) O novo ministro, 4 que tomará posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT.

Já a cláusula 2, embora seja uma informação já dada, exerce função restritiva prototípica das orações relativas:

iv) O filósofo é o personagem de capa da edição da revista 2 que está nas bancas neste mês (antes da posse).

Em relação à cláusula 5 – cuja estrutura compõe um discurso indireto –, embora estabeleça uma relação consecutiva com a oração principal que integra, esse conteúdo não corrobora as intenções primeiras do jornalista; no entanto, a estrutura relativa pode ter sido usada para satisfazer segundas pretensões, como a de resguardar a imagem da ascensão do PMDB, disfarçando o resultado de que a força desse partido é consequência do “vazio político deixado pelo PT”.

Análise:

No texto 2, o autor, supostamente, noticia as observações feitas por Janine Ribeiro acerca do governo e da economia; todavia, parece que o jornalista pretende, na verdade, defender as proposições de que Janine agiu paradoxalmente ao aceitar o cargo de ministro do MEC e de que a escolha dele como ministro pela presidente, que se deu devido à saída de Cid Gomes, é incongruente – mediante as várias críticas que Janine fez ao governo.

A suposição dessas proposições pode ser colaborada, no decorrer do texto, pelas relações entre as escolhas linguísticas feitas pelo autor, as quais parecem funcionar como argumentos na defesa da “tese” do jornalista.

Assim, é interessante notar que a denominação de Janine por “o escolhido” tende a revelar um tom sarcástico, fruto da relação paradoxal com o conteúdo da última informação do *lead*, cuja relação concessiva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

entre as orações “Janine Ribeiro vê decepção na economia” e “toma posse no dia 6” pressupõe uma crítica a Janine, que, mesmo reconhecendo a decepção na economia do Brasil, tomará posse, e uma crítica à atitude do governo ao convidá-lo para o cargo de ministro:

“Janine Ribeiro, que toma posse no dia 6 (concessiva), vê ‘decepção’ na economia”.

A pressuposição da crítica ao governo caracterizada pela relativa circunstancial “que toma posse no dia 6” pode ser corroborada pela referenciação por “o escolhido”, uma vez que, quando alguém é escolhido para algo, supõe-se que, entre quem escolhe e o escolhido, haja uma harmonia ideológica – o que não existiria entre o governo e Janine, dado que as declarações de Janine são de oposição às atitudes do Planalto.

Declara, inclusive, que Patrus Ananias “teria mais o perfil” para ser o candidato do PT a presidente em 2014, mas, segundo disse, Dilma foi escolhida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva porque era “a mais próxima do empresariado”.

Dessa forma, parece haver uma ação contraditória na atitude de quem o convidou para o cargo de ministro e uma ação contraditória na atitude de Janine, que aceitou o cargo.

No primeiro parágrafo, a relação concessiva entre Janine ser anunciado como ministro do Mec e afirmar, em entrevista anterior a ser convidado para ocupar o cargo, que a presidente não faz política, tem uma concepção de governo “autoritária” e não dá autonomia aos ministros tende a validar o conteúdo concessivo da relativa circunstancial “que toma posse no dia 6” – a qual mantém relação com a oração “Janine vê ‘decepção’ na economia” – e os pressupostos que dela emanam.

As relações de contraste, portanto, parecem apoiar os conteúdos concessivos das orações relativas circunstanciais “Janine Ribeiro, que toma posse no dia 6, vê ‘decepção’ na economia”, presente no *lead*, e “O novo ministro, que tomará posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT”, presente no oitavo parágrafo, das quais se pressupõem as proposições defendidas pelo autor.

Contudo, não só as relações de contraste ratificariam essas proposições, mas também escolhas lexicais, como, no quarto parágrafo, o núcleo do predicativo, “personagem”, e a relação causal entre relativa “que pediu demissão” e a oração “Pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição

a Cid Gomes”.

O núcleo do predicativo, “personagem”, cujos significados podem ser “cada uma das figuras humanas apresentadas em obra de ficção (romance, filme, peça teatral etc.)”, “papel representado por ator ou atriz que encarna uma dessas figuras, pessoa de prestígio social, profissional etc.”, parece demonstrar que Janine estava encarnando um papel ao criticar o governo.

O filósofo é o personagem de capa da edição da revista que está nas bancas neste mês (antes da posse). No site da publicação, a entrevista, intitulada “A política e a perda do discurso ético”, foi ao ar no último dia 16, pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, que pediu demissão.

Nesse mesmo parágrafo, a relação de causa entre o fato de Cid Gomes pedir demissão e Janine ter sido convidado para ministro da Educação tende a corroborar a ironia expressa pelo léxico “escolhido” e justificaria o motivo de Janine tomar posse, mesmo havendo argumentos decisivos para uma decisão contrária:

O novo ministro, que tomará posse no próximo dia 6 (concessiva)/embora tome posse no próximo dia 6, em cerimônia no Palácio do Planalto, também critica o PT. Para ele, o partido “desocupou o espaço que tinha” e está deixando um “vazio” na política, que, conforme explicou, deu força ao PMDB. Janine Ribeiro classifica como “meio triste” o período de 12 anos de governo do PT “sem enfrentar jamais o capital”.

Assim, o texto, parecendo descredibilizar Janine, também desqualificaria o governo Dilma, que “escolheu” o novo Ministro devido à vacância do cargo do MEC, pois, ainda que o jornalista descreva em seu texto as graduações de Janine Ribeiro, a atitude contrastiva do filósofo, invalidaria seus atributos. Assim, o autor, talvez como estratégia argumentativa, apresenta os atributos de Janine – para que não se diga que não os reconhece – e parece os desmerecer no decorrer do texto.

Portanto, a falta de convergência de ideias entre Janine e o Planalto seria argumento decisivo para que aquele não fosse convidado para o cargo de Ministro, o que não ocorreu, pressupondo-se, então, interesse governamental – conveniência que, na metáfora de uma balança, define como mínimo o peso das divergências de ideias entre ambos. Assim, ten-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de-se a perceber que, o real propósito comunicativo do jornalista, seria argumentar que a escolha do Ministro foi por vacância do cargo – pouco menos de duas semanas antes de ele ter sido convidado por Dilma para Ministro da Educação, em substituição a Cid Gomes, que pediu demissão.

7. Considerações finais

Nesse cenário, a metáfora gramatical, ao mesmo tempo em que encapsula a argumentatividade do texto, é usada como ferramenta argumentativa, na qual a transposição de sentido dos signos pretende que interlocutor chegue à determinada conclusão almejada pelo locutor. Nesse viés, a metáfora funciona, portanto, como um elemento de persuasão: assume uma função retórica a serviço de persuadir os leitores.

Através dessa figura, que garante a teórica objetividade da notícia, o jornalista pretende conduzir o raciocínio do leitor, dissimulando as relações de poder existentes. A dissimulação, conforme Barros Filho, Paes Lopes e Peres Neto (2011), é um modo de obscurecer ou desviar nossa atenção de relações e processos de dominação pré-existentes ou ainda um modo de passar por cima deles. Para atingir tais ações, o jornalista pode apelar, de acordo com os autores, para três estratégias: o deslocamento, a eufemização e a metáfora, de acordo com os autores.

Na perspectiva deste trabalho, a metáfora gramatical realizada pelas orações relativas se caracteriza como um recurso de dissimulação de poder por parte da imprensa, ou seja, um recurso performático, pois essa ferramenta linguística funciona como um instrumento que resguarda o posicionamento do jornalista acerca da crença que pretende defender e que aparece sob a roupagem de um gênero informativo.

A necessidade dessa dissimulação demonstra que, como os limites estabelecidos entre os grupos sociais são determinados pelas relações de poder que balizam as relações sociais, não se pode encarar, em tese, a mídia como o único membro social detentor de poder, uma vez que, no gênero notícia, a relação de poder entre a mídia e o leitor, estabelecida pela dialética do controle, é mediada por um mandato que o autor delega a determinada mídia, a qual depende do engajamento do jornalista em fazer com que o leitor não se sinta, no decorrer da notícia, manipulado.

No entanto, nessa relação entre mídia e sociedade, é notório que o poder do leitor é o retrato da própria ilusão, dado que a objetividade e a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

imparcialidade exigidas por ele são ferramentas que forjam o poder da mídia. Assim, nesse jogo de gato e rato a metáfora gramatical é utilizada como recurso para “adormecer” o espírito de vigilância do leitor, que se torna o responsável pelo resgate dos sentidos circunstanciais expressos pelas cláusulas, uma vez que, por tal conteúdo não ser representado por uma conjunção adverbial, constitui-se como uma inferência, uma implicatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES FILHO, Francisco. *Gêneros Jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARROS FILHO, Clóvis de; LOPES, Felipe Tavares Paes; PERES NETO, Luiz. *Teorias da comunicação em jornalismo – reflexões sobre a mídia*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CORADO, Patrícia Ribeiro. *Veja: ideologia e argumentatividade em revista*. Tese (pós-doutorado em Língua Portuguesa), UERJ, Rio de Janeiro, 2010. 239 f.
- GIDDENS, Anthony. *Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HALLIDAY, M.A.K. *El language como semiótica social – la interpretación social dellanguage y del significado*. Trad. de Jorge Ferreira Santana. Londres: Edward, 2001.
- HYMES, D.H. On communicative competence. In: PRIDE, J. MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. (Org). *Gêneros Jornalísticos no Brasil*. São Paulo: Metodista, 2013.
- MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (Orgs). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- OLIVEIRA, Livia. *A performance de pessoas com afasia na construção de narrativas em interações face a face*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 170 f.